

062

ECO

ciências Econômicas

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Universidade Federal do Ceará

ECONOMIA INFORMAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E O CASO DE FORTALEZA

Fortaleza, 30 de setembro de 1991.

ECONOMIA INFORMAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E O CASO DE FORTALEZA

INSTITUTO DE ECONOMIA	7/11
EP/SA	EP/SA
EP 150106	

Ana Paula Bezerra Pinheiro

330
4224

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO
DIPLOMA DE BACHAREL.

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza - 1991

Essa Monografia foi submetida à Coordenação, como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de Bacharel em Ciências Econômicas outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

Monografia aprovada em 3 de outubro de 1991 .

Aécio Alves de Oliveira
(orientador)

Francisco José Soares Teixeira

Fábio de Mendonça Bastos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos professores Aécio Alves de Oliveira, Francisco José Soares Teixeira e Fábio de Mendonça Bastos, integrantes da banca examinadora, pelas valiosas críticas que muito contribuíram para o aperfeiçoamento desta Monografia.

Ao professor Aécio, orientador e amigo, sou profundamente grata pelas discussões e sugestões em todas as fases deste trabalho.

O meu agradecimento é extensivo ao SINE-Ce, onde obtive valiosas informações sobre o setor informal em Fortaleza.

Sou grata também a todos os bolsistas do CAEN, pelo apoio técnico no processamento da Monografia; aos companheiros de turma, pelo convívio e amizade; ao Ernani, por seu carinho, críticas, sugestões e encorajamento nos momentos certos; aos meus pais, pelo estímulo e pela amizade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO.....	03
I.1- INTRODUÇÃO.....	03
I.2- ASPECTOS EVOLUTIVOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL.....	04
I.3- SETOR INFORMAL: CONCEITO TEÓRICO E CRITÉRIOS GERAIS PARA DIMENSIONAMENTO.....	06
I.4- SETOR INFORMAL E O NÚCLEO CAPITALISTA DA ECONOMIA.....	11
CAPÍTULO II: ASPECTOS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE, A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL E O SETOR INFORMAL EM FORTALEZA.....	14
II.1- INDUSTRIALIZAÇÃO E MERCADO INFORMAL DE TRABALHO.....	14
II.2- CRISE DA DÉCADA DE 80 E REFLEXOS SOBRE OS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO.....	17
II.3- PLANO COLLOR E MERCADO DE TRABALHO INFORMAL.....	28
CONCLUSÃO.....	34
APÊNDICE.....	38
BIBLIOGRAFIA.....	40

APRESENTAÇÃO

O objetivo principal desta Monografia é estudar alguns aspectos teóricos do setor informal e situá-lo dentro do modo de produção capitalista, tendo em vista o entendimento do setor em Fortaleza.

A escolha do tema é justificada pelo interesse particular de estudar o setor informal da economia, levando-se em consideração que este vem assumindo níveis cada vez mais significativos dentro do mercado de trabalho no Brasil.

Toda a análise basear-se-á na hipótese de que o espaço econômico do setor informal é subordinado ao núcleo capitalista da economia.

Para que esse objetivo fosse alcançado, a Monografia foi dividida em dois capítulos. O primeiro tem como objetivo desenvolver um referencial teórico adequado para auxiliar a compreensão do significado do setor informal.

Em princípio, discutiremos alguns aspectos evolutivos do modo de produção capitalista e o conceito de subsunção do trabalho ao capital, que nos servirão de base para chegarmos ao conceito teórico de setor informal. De posse desse conceito, partiremos para a discussão de alguns critérios gerais para dimensionamento deste setor. Ainda neste capítulo, discutiremos a relação entre o setor informal e o núcleo capitalista da

economia, analisando alguns motivos responsáveis pela permanência e crescimento do primeiro.

O segundo capítulo é dividido em três secções: na primeira, é feita uma breve análise de alguns aspectos do processo de industrialização no Nordeste, no sentido de demonstrar que este vem servindo de reforço para os intensos fluxos migratórios do meio rural para o urbano, não só no Nordeste como também em Fortaleza, contribuindo para a ampliação do exército industrial de reserva e criando as condições para que esse contingente busque o setor informal como estratégia de sobrevivência. A segunda secção é destinada à análise conjuntural da economia brasileira na década de 80, relacionando a crise desta década e suas consequências para o mercado de trabalho. Na terceira secção é feita uma análise da economia brasileira no ano de 1990, com uma breve avaliação dos efeitos do Plano Collor sobre o mercado de trabalho informal, sempre procurando destacar o caso de Fortaleza.

Finalmente, a título de conclusões, discutiremos algumas questões levantadas no decorrer desta Monografia, expondo algumas sugestões que contribuam para uma melhor abordagem da relação entre o setor informal e o núcleo capitalista da economia.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

I.1- INTRODUÇÃO

Apesar da economia informal ser um assunto de suma importância do ponto de vista econômico e social, estudá-la ainda é um desafio, pois é necessário um tratamento teórico para uma compreensão adequada de seu significado, podendo ser a ausência desse tratamento o motivo de tantas discordâncias entre economistas e estudiosos do assunto no que diz respeito à conceituação e ao dimensionamento desse setor.

Admitindo a necessidade de um referencial teórico, examinaremos, em princípio, alguns aspectos evolutivos do modo de produção capitalista. Nesse sentido, é importante analisarmos o conceito de subsunção formal e real do trabalho ao capital, procurando entender a dinâmica do processo de acumulação capitalista, e a partir desse entendimento, chegarmos ao significado teórico de economia informal. Em seguida, tendo elaborado um conceito teórico para o nosso objeto de estudo, procuraremos estabelecer critérios gerais que permitam o seu dimensionamento.

Ainda neste capítulo, veremos como se dá a relação entre o setor informal e o núcleo capitalista da economia e tentaremos encontrar os motivos que explicam a permanência e o crescimento da economia informal.

I.2- ASPECTOS EVOLUTIVOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL

A análise marxista divide o desenvolvimento capitalista em três estágios evolutivos: cooperação, manufatura e grande indústria.

O estágio da cooperação é considerado "o ponto de partida do sistema capitalista"⁽¹⁾. Neste estágio não há uma alteração qualitativa no processo de trabalho. Essa alteração se dá apenas de uma forma quantitativa, pois é aqui que ocorre a união de vários artesãos num mesmo local de trabalho, ficando estes sob o domínio de um mesmo capitalista.

O estágio da manufatura tem como princípio a redução do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias. Neste estágio é inaugurada a divisão técnica do trabalho. A partir do momento que surge a divisão do trabalho, surge também a idéia de especialização do trabalhador como forma de aumentar a produtividade. Antes, o trabalhador tinha o conhecimento geral do processo. A partir da manufatura, passou a ter um conhecimento limitado e parcial de determinadas operações.

Até a fase manufatureira há a subsunção apenas formal do trabalho ao capital, isto é, o capital se apoderou de uma modalidade de trabalho preexistente, transformando apenas o

(1) SOUSA, Lysia Bucar Lopes de. Pequena produção urbana e sua articulação com o movimento de capital: o caso do setor de confecções em Fortaleza, Ce. Fortaleza, SENAI/DR-Ce. Coordenadoria de Divulgação, 1990, p.30.

processo de "fabricação de mais-valia" em função da divisão do trabalho. Devido à limitação de sua base técnica, a única via para o capital ampliar a mais-valia era através do prolongamento da jornada de trabalho. Essa exploração do trabalho pelo capital associada à extração de mais-valia absoluta, caracteriza a subsunção formal do trabalho ao capital.

Na grande indústria, o terceiro estágio evolutivo do desenvolvimento do capital, "surge (inclusive do ponto de vista tecnológico) o modo de produção especificamente capitalista"⁽²⁾. Este estágio está associado à extração de mais-valia relativa, pois há uma alteração substancial no processo de trabalho. Aqui, a produtividade do trabalho é aumentada baseada na introdução da máquina no processo produtivo. Somente neste estágio, quando entra em cena o modo de produção especificamente capitalista, é que se dá a subsunção real do trabalho ao capital.

A diferença entre a subsunção formal e a real está associada ao salto qualitativo e quantitativo da produção. Na subsunção formal, mesmo que a escala de produção seja expressiva, o capital ainda está subsumido ao trabalho, pois como a maquinaria ainda não foi introduzida no processo produtivo, isso exige a participação ativa do capitalista nesse mesmo processo. Já na subsunção real, com a introdução da maquinaria no processo produtivo, ocorre o salto qualitativo e quantitativo da produção. Aqui, o capitalista já tem acumulado o suficiente para se afastar

(2) MARX, Karl. O Capital. Livro I, Cap.VI (inédito), Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978, p.55.

do trabalho direto, tendo condições de contratar força de trabalho para substituí-lo, dedicando-se apenas à direção propriamente dita do processo de trabalho.

No momento em que ocorre esse salto de qualidade, o proprietário dos meios de produção deixando de participar diretamente do processo de trabalho e passando a exercer a função de capitalista, limitando-se exclusivamente a dirigir esse mesmo processo, se dá a passagem da subsunção formal à real do trabalho ao capital.

I.3- SETOR INFORMAL: CONCEITO TEÓRICO E CRITÉRIOS GERAIS PARA DIMENSIONAMENTO

Depois dessa breve análise de alguns aspectos evolutivos do modo de produção capitalista e do conceito de subsunção formal do trabalho ao capital, já temos alguns subsídios para chegarmos ao conceito teórico de economia informal.

Vimos que no estágio da grande indústria é que se instala o modo de produção especificamente capitalista. A partir do momento que este se instala e penetra com alguma intensidade nos meios urbano e rural, propicia a desintegração de formas de ocupação não capitalistas de produção, desestruturando modos de produção pré-existentes, podendo levar a duas situações: ou faz com que empresas menores busquem novos mercados, que ainda não oferecem grandes vantagens à instalação da grande empresa

capitalista, ou faz com que a mão-de-obra que vai sendo liberada de suas atividades busquem outras formas de subsistência, já que a penetração capitalista destruiu seu mercado. A única saída para essa mão-de-obra ganhar sua subsistência é submeter-se aos padrões do modo de produção a partir de então vigente, ou seja, assalariar-se.

Porém, o rápido processo de penetração do modo de produção capitalista nos meios urbano e rural, fará também com que ocorra um rápido ritmo de crescimento de oferta de mão-de-obra. Além do processo de proletarianização da mão-de-obra urbana, a penetração do capitalismo no meio rural, desintegrando as formas de ocupação não capitalistas neste meio, fará com que as pessoas liberadas de suas atividades por esse processo, venham juntar-se com as já existentes no meio urbano, atraídas pelo processo de industrialização. Como o núcleo capitalista da economia não é capaz de absorver todo esse contingente de mão-de-obra excedente, surge um exército industrial de reserva e conseqüentemente estão criadas as condições para o surgimento da economia informal, pois esse contingente buscará atividades não tipicamente capitalistas de produção para sobreviver. Dessa forma, podemos definir economia informal como sendo o espaço econômico onde são produzidos bens e serviços fora do núcleo capitalista.

O que diferencia as atividades do núcleo capitalista e fora dele são as relações de produção. No primeiro, a relação de produção é bem definida, predominando o assalariamento. Neste núcleo, o proprietário já tem acumulado o bastante para se

afastar do trabalho direto e passa a participar do processo apenas como dirigente. Fora do núcleo capitalista, o proprietário dos meios de produção participa diretamente do processo produtivo. A relação de produção é ambígua, pois no processo de trabalho podem atuar tanto o proprietário dos meios de produção quanto os empregados, ao lado do trabalho familiar.

No núcleo não capitalista da economia, no meio urbano, podemos encontrar atividades nos três setores econômicos: indústria, comércio e serviços. No setor industrial estão as pequenas empresas, na maioria das vezes, a base do trabalho familiar, e os trabalhadores autônomos. No setor comercial estão os pequenos vendedores, tais como, biscateiros e ambulantes, além dos pequenos vendedores "por conta própria subordinados", ou seja, "ambulantes de produtos de determinadas marcas (sorvetes, bebidas etc)"⁽³⁾. Por último, no setor de serviços estão os pequenos vendedores de serviços pessoais, tais como, manicure, cabeleleiro, engraxate, etc.

É importante salientar que a dimensão do setor informal é determinada, em última instância, pelo núcleo capitalista da economia, pois é o seu movimento de retração ou expansão que vai destruir ou (re)criar os espaços econômicos⁽⁴⁾ do segmento informal. Segue esta mesma linha de pensamento Oliveira e

(3) SOUZA, Paulo Renato de. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Campinas, UNICAMP, 1980, Tese de Doutorado, p.95.

(4) Paulo Renato de Souza define "espaço econômico de uma economia ou de um país qualquer, como sendo o volume total de sua produção de bens e serviços". Op. cit., p.77.

Casimiro quando dizem que "A dimensão ocupacional do segmento informal segue mais ou menos de perto o movimento cíclico das atividades ditas organizadas da economia. É evidente que um avanço do movimento do capital no sentido de destruir atividades antes ligadas ao segmento informal tende a reduzir a expressividade deste como absorvedor de mão-de-obra." (5)

Ainda quanto à dimensão do setor informal da economia, esta não deve limitar-se apenas a um critério. Autores como De Soto (6) fazem esta mensuração baseados apenas no aspecto jurídico. Algumas análises costumam fazê-la limitando-se a separar as atividades que são tidas como tipicamente informais. Ainda há os que mensurem levando em consideração apenas a variável renda, isto é, até uma determinada faixa salarial, normalmente o salário mínimo, estariam as pessoas ocupadas neste (7) setor.

Fazer este dimensionamento baseando-se apenas na análise do aspecto jurídico, ou seja, levando em conta todos os trabalhadores que não possuem Carteira Profissional e que desse modo não usufruem dos benefícios da Previdência Social, não seria satisfatório, pois estaríamos incluindo no setor informal aqueles

(5) OLIVEIRA, Aécio Alves de & CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Considerações sobre acumulação, emprego e crise na Região Metropolitana de Fortaleza. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, vol.16, no.1, jan/mar 1985, p.69.

(6) SOTO, Hernando de. Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1987.

(7) Ver CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Repensando a questão do mercado informal de trabalho. Fortaleza, CAEN, Texto para discussão no.35, 1982.

trabalhadores que não possuem Carteira Profissional assinada ainda que trabalhando no núcleo capitalista, ou ainda incorrendo no erro de não incluir no setor informal os trabalhadores com "carteira assinada".

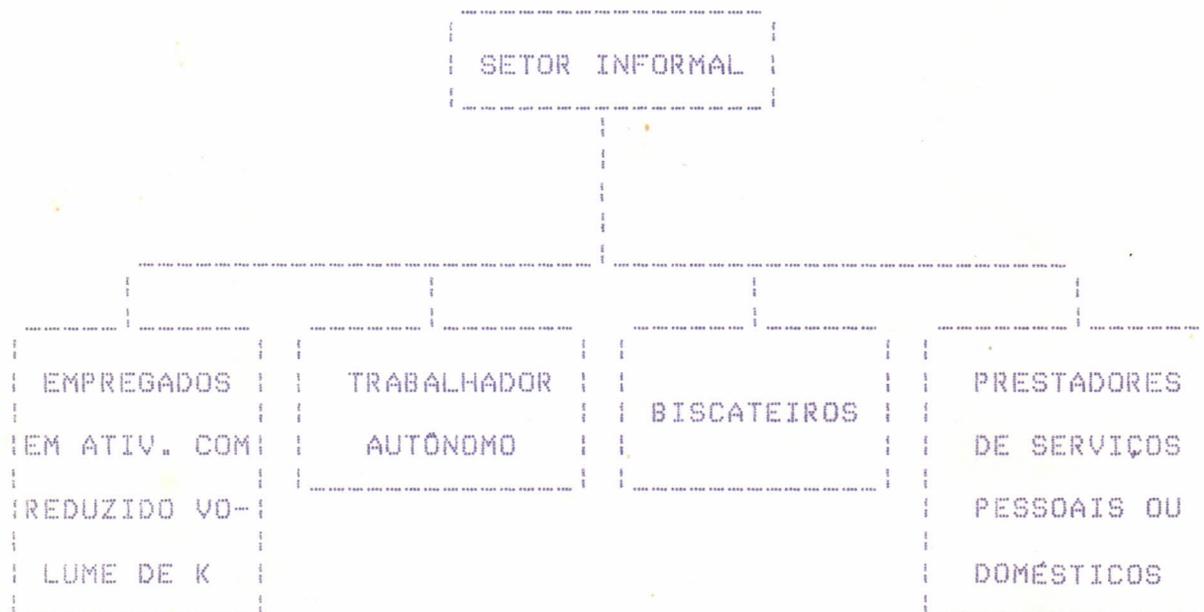
Dimensionar o setor informal limitando-se a separar as atividades que são tidas como tipicamente informais, também não é um critério satisfatório, pois não estaríamos levando em consideração que essas mesmas atividades podem ser encontradas no núcleo capitalista da economia.

Finalmente, mensurar o setor informal levando-se em consideração apenas a variável renda, não é satisfatório, pois podemos estar incorrendo no erro de excluir a possibilidade de que no setor informal estejam pessoas em melhor situação de renda e condições de trabalho do que um ocupado no núcleo capitalista, e esquecendo de levar em consideração o que é de maior importância para dimensionar o setor informal, que é a relação de produção. Desta forma, estaríamos subdimensionando o setor informal.

Portanto, para o dimensionamento ocupacional do setor informal urbano, devemos incluir os seguintes segmentos: pessoas ocupadas em atividades com reduzido volume de capital, inclusive seus proprietários e familiares; trabalhadores autônomos (aqueles que trabalham por conta própria possuindo uma ocupação definida), exceto o profissional liberal; biscateiro (pessoa que trabalha por conta própria mas não possui uma ocupação definida); pessoas

ocupadas na prestação de serviços pessoais ou domésticos. Ver gráfico a seguir.

GRÁFICO I: DIMENSIONAMENTO DO SETOR INFORMAL



I.4- SETOR INFORMAL E O NÚCLEO CAPITALISTA DA ECONOMIA

Para aprofundar o entendimento do funcionamento do setor informal, se faz necessário relacioná-lo ao núcleo capitalista da economia. Assim como em toda análise do setor informal, essa questão também divide o pensamento de autores que discorreram sobre o assunto.

(8)A própria natureza dessas atividades resulta numa aproximação entre patrões e trabalhadores, numa flexibilidade do horário de trabalho e numa relação empregatícia sem vínculos, ou seja, sem obrigações trabalhistas, mesmo sabendo-se que os serviços prestados nos domicílios, a Constituição Federal brasileira exige o cumprimento de exigências trabalhistas.

Uma corrente vê o setor informal de forma autônoma e isolada do restante do sistema, nos levando a acreditar que ele tem uma dinâmica particular, criando seu próprio espaço econômico. (9) Esse modo de pensar não é correto, pois sabemos que, sendo o capitalismo o modo de produção dominante, este sim é capaz de criar ou destruir espaços econômicos, em função do movimento de capital, ficando o setor informal numa posição de dependência do que ocorre neste núcleo. Segundo SOUZA, "os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista. Isto significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico". (10)

Assim, podemos afirmar que o setor informal reflete, de alguma forma, o que acontece no sistema econômico, pois, como vimos, configura no conjunto de atividades que existem nas "brechas" permitidas pelo movimento mais geral do capital e, neste sentido, pode ser visto como um complemento ao núcleo capitalista da economia.

Este inter-relacionamento não existe apenas a nível de consumidores individuais, mas também a nível de unidades produtivas. Neste particular, várias micro-unidades produtivas informais utilizam matérias-primas necessárias à produção dos bens e serviços oriundos do núcleo capitalista, e várias unidades

(9)A esse respeito pronuncia-se CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Op. cit., p. 16.

(10)SOUZA, Paulo Renato de. Op. cit., p.79.

produtivas deste núcleo aproveitam a oportunidade para adquirir bens e serviços a preços mais baixos no setor informal, aumentando, dessa maneira, suas taxas de lucro.

Historicamente, a incapacidade do núcleo capitalista da economia em absorver a mão-de-obra crescente, é um dos motivos que explicam a permanência e o crescimento do setor informal, ao criar um exército industrial de reserva, obrigando esse contingente a buscar estratégias de sobrevivência junto a essas atividades.

Um outro motivo que explica a permanência e o crescimento do setor informal é a tendência à elevação da composição orgânica do capital, própria do modo de produção capitalista. Este segundo motivo não deixa de ter ligação com o primeiro, pois acentua, em alguma medida, a incapacidade de absorção da mão-de-obra pelo núcleo capitalista. É evidente que numa formação sócio-econômica concreta onde a mão-de-obra é abundante, referida tendência que acompanha particularmente um processo de industrialização "modernizante", o setor informal tende a ser relativamente mais expressivo.

A permanência e o crescimento da economia informal também pode ser explicada pelos enormes fluxos migratórios, motivados pela penetração do capital no meio rural.

CAPÍTULO II

ASPECTOS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE, A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL E O SETOR INFORMAL EM FORTALEZA

II.1- INDUSTRIALIZAÇÃO E MERCADO INFORMAL DE TRABALHO

No final do capítulo anterior, os fluxos migratórios aparecem como uma explicação à permanência e ao crescimento da economia informal. Sendo assim, é interessante abordar alguns aspectos do processo de industrialização no Nordeste, como um elemento de reforço à ampliação daqueles fluxos e conseqüentemente de permanência e crescimento do setor informal em Fortaleza.

O processo de urbanização no Município de Fortaleza, como no Nordeste de uma forma geral, teve início antes mesmo do processo de industrialização, sendo este estimulado por diversos fatores, tais como: estrutura fundiária concentrada ; sucessivas crises que afetaram o meio rural, principalmente nos períodos de seca ; a esperança de obter uma melhor remuneração

(11)A estrutura agrária concentrada é decisiva para o processo de industrialização no Nordeste e conseqüentemente no Ceará que, por sua vez, concentra-se em Fortaleza. Ver OLIVEIRA, Aécio Alves de & CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Considerações sobre acumulação, emprego e crise na RMF. Revista econômica do Nordeste, no.1, jan/mar 1985, p.54-56.

(12)CARLEIAL, Liana Maria & OLIVEIRA, Aécio Alves de. Impactos da seca sobre as condições ocupacionais nas áreas urbanas e rurais do Ceará na década de 1980. In Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil, organizado por Antonio Rocha Magalhães, Programa das Nações Unidas para o meio ambiente - PNUMA e Secretaria de Planejamento e Coordenação do Ceará - SEPLAN/Ce. Fortaleza, maio de 1989.

nos centros urbanos; a possibilidade de ascender a níveis educacionais mais altos, dentre outros, que conjugados contribuíram para que Fortaleza fosse 'escolhida' como principal centro urbano do Estado.

Com a criação da SUDENE e o conseqüente advento do processo de industrialização no Nordeste, os fluxos migratórios se intensificaram, "...considerando-se que a implantação de um processo industrial capitalista, funciona como um atrativo a populações rurais..."⁽¹³⁾. A partir de então, o rápido e intenso fluxo migratório para o Município de Fortaleza, pegou a cidade totalmente despreparada e desplanejada para receber um enorme contingente populacional. Sendo assim, as aspirações mais urgentes da população não têm sido atendidas, agravando-se os problemas de habitação, saneamento, transporte, educação e saúde, chegando a provocar uma queda na qualidade de vida.

Além disso, o processo de industrialização estimulado pela SUDENE não foi capaz de absorver a mão-de-obra crescente, levando à ampliação do "exército industrial de reserva" no meio urbano.

Imaginava-se que os incentivos fiscais e financeiros concebidos pela SUDENE, através do sistema 34/18, depois substituído pelo FINOR, seriam suficientes para impulsionar o processo de industrialização, estimulando o empresariado nacional

(13)CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Mercado informal de trabalho: uma investigação. Fortaleza, Texto para discussão no.29, 1979, p. 05.

e regional a investir maciçamente na Região. Depois de 30 anos em funcionamento, podemos constatar que o sistema de incentivos não foi capaz de promover o desenvolvimento da Região. E o que é pior: ele foi incapaz de resolver o problema do emprego e subemprego.

(14)

O processo de industrialização no Nordeste "...foi concebido e gerado não em função da própria região, mas, buscando resolver um problema de acumulação no país, bem como, de preservação de mercado nos ramos industriais que já são importantes." Du seja, esse processo de industrialização tem transcorrido sem apresentar, de forma significativa, a necessária interdependência entre os vários setores produtivos da Região, expressa nos fracos efeitos "para frente" e "para trás", fundamentais para um desenvolvimento relativamente auto-sustentado. Na realidade, não poderia ser diferente, pois ao capital interessa sobremaneira a valorização do valor e não a produção em si de valores de uso. Por isso, o processo de industrialização no Nordeste, inclusive no Ceará, baseou-se numa tecnologia poupadora de mão-de-obra (labor-saving), "desprezando" o fator trabalho, abundante na região, e conseqüentemente excluindo-o do processo produtivo, trazendo resultados negativos para o emprego.

(14) OLIVEIRA, Aécio Alves de. Industrialização do Nordeste: uma evidência empírica de seus efeitos. Fortaleza, CAEN, Série Relatórios de Pesquisa, no. 25, 1983.

(15) CASIMIRO, Liana Maria Carleial. Repensando a questão do mercado informal de trabalho. Fortaleza, CAEN, Texto para discussão no.35, 1982, p. 11.

Portanto, o processo de industrialização no Nordeste necessariamente não poderia gerar empregos suficientes para a mão-de-obra disponível e, ao lado da intensificação dos fluxos migratórios, principalmente para as capitais do Nordeste, têm contribuído, sobremaneira, para o acirramento das condições de vida de parcelas expressivas da população, obrigando-as a buscarem alternativas diversas de sobrevivência junto às atividades informais. Neste sentido, a estrutura fundiária do Estado do Ceará, as crises climáticas periódicas (secas) e o caráter geral da industrialização reforçam a permanência e o crescimento do setor informal em Fortaleza.

II.2- CRISE DA DÉCADA DE 80 E REFLEXOS SOBRE OS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

Como já salientado no capítulo I, a análise do setor informal deve ser empreendida levando em consideração sua inter-relação com o núcleo capitalista da economia. Desse modo, o objetivo aqui pretendido é salientar alguns aspectos da crise dos anos 80 e seus reflexos sobre os indicadores do mercado de trabalho de um modo geral, inclusive sobre o mercado de trabalho informal.

A crise dos anos 80, que muitos autores batizaram como a "década perdida" - evidentemente que para a maioria da população brasileira - teve início mesmo em 1979, com a interrupção do processo de ajustamento estrutural da economia

brasileira por dois motivos: o choque do petróleo, ficando os preços do mesmo em um patamar muito elevado, e o choque financeiro, que foi marcado pelo aumento das taxas de juros internacionais. Estes dois choques são caracterizados como externos.

A partir daí, começa a haver incompatibilidades entre taxa de juros externa e taxa de retorno do investimento, aumenta o pagamento do serviço da dívida externa (juro + principal) e os bancos privados internacionais não mais se dispõem a emprestar dinheiro ao Governo brasileiro.

A interrupção dos fluxos de recursos externos provocou, como consequência, uma instabilidade financeira muito grande, além de provocar a crise do endividamento externo, principalmente para os países devedores. Estes países entraram num processo de sobre-endividamento e passaram a tomar emprestado cada vez mais, não para fazer investimentos (por exemplo, em infra-estrutura), mas para pagar as dívidas que estavam vencendo. No Brasil, por exemplo, "a dívida total bruta, que iniciou a década somando US\$64 bilhões, apesar do esforço para gerar superávits comerciais para pagá-la, não parou de crescer, fechando a década na casa dos US\$109 bilhões (dados de jun./89)."⁽¹⁶⁾

Entre 1979 e 1982 temos, a grosso modo, três fases: políticas austeras (Mário Henrique Simonsen); velha heterodoxia e pragmatismo (Delfim Neto); e austeridade.

(16)SINE-Ce. Resenha do mercado de trabalho. Fortaleza, janeiro-dezembro de 1989.

Na primeira fase tivemos políticas de ajustamento externo, tais como a correção do Balanço de Pagamentos. Tal estratégia tinha como objetivo diminuir a demanda agregada. Esse ajustamento não teve sucesso, sobretudo sucesso político. Tanto que foi gerada uma crise política que acabou por levar a uma troca de ministros.

Na segunda fase, o então Ministro Delfim Neto vai adotar uma política econômica pragmática que reclamava, não uma recomposição do nível da demanda agregada, mas reclamava uma recomposição interna dessa demanda agregada.

Era uma política de ajustamento estratégico pontual, que se baseou no desenvolvimento do setor energético e do setor agrícola. Do lado energético foi posto em prática o programa nacional do álcool e o programa de economia de combustíveis. Do lado agrícola procurou aproveitar as vantagens comparativas nacionais, privilegiando o setor mineral.

Essas duas políticas visavam manter o fluxo de entrada de capitais externos, ou seja, segurar o endividamento externo, pois, com o custo e a imprevisibilidade do endividamento, a política de tomar dinheiro emprestado já não era viável.

Com o próprio Delfim Neto, a heterodoxia dá lugar a austeridade, o Governo cede à crise financeira internacional e aplica uma política financeira e de renda bastante austera. Naquele momento, era necessário partir para a elevação da poupança interna, porque a poupança externa já era escassa.

Houve uma degradação da situação financeira dos países endividados, decorrente da sua situação de sobreendividamento.

Em 1982, como essa situação tornou-se insustentável, há uma ruptura do sistema financeiro internacional com os países endividados. Os efeitos dessa ruptura começam a aparecer com o problema da transferência financeira para o exterior. Havia um estoque de US\$100 bilhões (dívida brasileira) e o país tinha que pagar anualmente pelo serviço da dívida cerca de US\$10 bilhões. Tais pagamentos, que deveriam ser financiados pelos próprios bancos internacionais, com a ruptura exigiram um esforço adicional da economia brasileira para honrar os compromissos externos.

A partir daí, o Estado é forçado pelas circunstâncias a aplicar uma política de ajustamento onde buscava a estabilização. Essa política de estabilização consistia numa série de medidas de política econômica ortodoxas e restritivas nas esferas fiscal, monetária, financeira e de rendas. Particularmente, a política salarial sofreu um retrocesso, pois o Governo desindexou os salários do nível geral de preços. No campo da política externa há uma política de promoção das exportações, uma política de restrição das importações e uma política de desvalorização cambial.

Todo esse esforço aconteceu no sentido de provocar uma queda na demanda agregada e elevar o saldo da Balança Comercial. Uma elevação do saldo comercial significaria um aumento de divisas, que por sua vez resolveria o problema da transferência

financeira ao exterior.

Em 1983, o Estado era o maior devedor externo da economia brasileira, mas não era o maior exportador. Como não era o maior exportador, tinha que criar um mecanismo capaz de fazer com que ele tivesse posse dessas divisas.

O Estado tinha que criar uma massa monetária (moeda estéril) cuja função seria, basicamente, pagar o serviço da dívida externa. Poderia criar essa massa de moeda através da diminuição do déficit público ou poderia partir também para a privatização de empresas estatais. Só que o Governo optou por uma política mais cômoda que foi a emissão desenfreada de títulos públicos para honrar os compromissos externos. Está declarada a criação da dívida pública interna.

No primeiro ano dessa política de ajustamento, o Brasil gerou um saldo comercial de US\$6,5 bilhões. Mas isso não resolveu o problema da transferência financeira, pois o serviço da dívida era de US\$10 bilhões. Foi preciso recorrer à ajuda do FMI, evidentemente, sujeitando-se às exigências desse organismo internacional com relação às políticas restritivas de ajustamento interno e externo, tendo como objetivo declarado a ampliação de saldos comerciais, independentemente dos efeitos sobre a atividade econômica do País, particularmente sobre a inflação.

Em 1984 e 1985, o saldo comercial foi de US\$10 bilhões e US\$12 bilhões, respectivamente. Além de resolver o problema das transferências financeiras, esse saldo comercial fez com que, em 1984, a taxa de crescimento do PIB fosse de 5%, chegando, em

1985, a 8,3%.

No meio de toda essa euforia acontecia um processo paralelo que nasceu da necessidade de criar moeda estéril. A emissão desenfreada de títulos públicos levou a um aumento das taxas de juros internas, desvalorização da moeda nacional, que por sua vez levou a um aumento da taxa cambial. Sendo assim, ocorreu uma pressão dos custos financeiros das empresas, que foram repassados para as mercadorias, conseqüentemente aumentando a inflação.

A inflação brasileira assume uma nova conotação na década de 80, cujo foco principal é a emissão desenfreada de títulos públicos, tornando-se um dos maiores "fantasmas" deste período de crise. Servindo de reforço aos demais determinantes os conflitos distributivos (as diversas classes brigam por uma parcela cada vez maior da renda), o sistema formal de indexação e o processo de oligopolização da economia.

A partir de 1986 a política econômica passa a ser conduzida através da edição de sucessivos planos com a finalidade de combater a inflação.

O primeiro dessa série foi o Plano Cruzado. Durante esse plano houve uma relativa monetização da economia, um aumento de consumo e dos gastos públicos e uma maior utilização da capacidade instalada na economia.

O Plano Cruzado ao ignorar um possível aquecimento da economia, que na realidade terminou acontecendo, deixou de levar

em conta a estrutura de oferta existente face ao aumento de demanda agregada por ele estimulado. O ágio decorrente desse decompasso, ao lado do desabastecimento, provocou um aumento das importações, causando uma queda no saldo comercial.

Em 1987 houve uma moratória técnica, devido ao estrangulamento da balança comercial. Essa moratória refletiu a falência do Plano Cruzado.

Depois do Cruzado I, foram editados os Planos Cruzado II, Bresser e Verão, com o objetivo declarado de estabilizar a economia, retomar o crescimento e debelar a crise que apresentava sinais de recrudescimento. Todos esses planos tinham como alvo principal o combate à inflação, através de políticas restritivas e arrocho salarial.

Depois do Plano Verão o Governo não tinha mais legitimidade para aplicar um plano de estabilização. A inflação alcançou patamares até então inigualáveis. "No começo da década, a inflação estava na casa dos 100% a.a. (1980, 81 e 82). Nos três anos seguintes, o patamar anual ficou em torno dos 220%. Em 1986, com o Plano Cruzado, caiu para 62,40%. Desde então vem crescendo violentamente: 366% em 87, 933%, em 88 e, em 1989, disparou para 1.764,87%. No acumulado da década, a inflação alcançou a impressionante taxa de 39.043,55%." (17). Além disso, a década de 80 teve reflexos negativos para os indicadores do mercado de trabalho.

(17) SINE-Ce. Resenha do mercado de trabalho, janeiro-dezembro 1989.

A variação do nível de emprego, que significa a diferença entre o total de pessoas admitidas e desligadas, é um dos indicadores que reflete bem a crise atravessada pelo mercado de trabalho na década de 80. Na tabela I podemos observar esse indicador para o período jan-nov dos anos 1986 a 1989.

TABELA I: VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO

MACRORREGIÃO	ANOS			
	1986	1987	1988	1989
BRASIL	1.170.485	359.609	789.811	819.630
NORDESTE	125.707	52.077	92.608	66.805
CEARÁ	26.965	1.394	14.601	11.792
FORTALEZA	20.804	1.460	11.462	9.830

Fonte: SINE-Ce. Resenha do Mercado de Trabalho, jan-dez 1989.

OBS.: Os dados se reportam às pessoas com vínculo formal de trabalho (Carteira Assinada).

No período analisado, podemos constatar que o Brasil teve um saldo de emprego de 1.170.485, em 1986, caindo em 69,28% no ano subsequente. Em 1988 e 1989 podemos observar uma recuperação de 119,63% e 127,92%, respectivamente, em relação ao ano de 1987. Mesmo assim, o ano de 1989 não conseguiu superar o saldo que foi gerado no ano de 1986.

Observando esse saldo a nível de Região Nordeste, podemos verificar a mesma tendência de queda no ano de 1987 em

relação ao ano de 1986, ficando esta queda em torno de 58,57%. Em 1988 tivemos uma recuperação desse saldo, apesar de ter ocorrido em menor intensidade do que a nível de Brasil, ficando esta em torno de 77,83%. Ao contrário do que ocorreu ao nível de País, 1989 apresentou uma queda no saldo de emprego em relação ao ano anterior, ficando essa queda em torno de 27,86%, demonstrando uma redução significativa na geração de empregos, ao longo do período em análise, demonstrando a vulnerabilidade da Região Nordeste face ao momento de crise atravessado pelo País.

Para o Estado do Ceará e o Município de Fortaleza, podemos dizer que a geração de novos empregos foi insignificante, no período em análise. Em 1987 houve uma queda abrupta no saldo de emprego, em relação ao ano de 1986, sendo esta queda de 94,83% para o Estado do Ceará, e 92,98% para o Município de Fortaleza. Em 1989 o Ceará tinha um saldo de 11.792 e Fortaleza um saldo de 9.830, sendo este saldo inexpressivo, levando-se em consideração (18) que um total médio de 59.000 pessoas, aproximadamente, pressionavam o mercado de trabalho ao longo do ano de 1989, somente para o Município de Fortaleza.

Podemos constatar na observação desse indicador, que o saldo de emprego acompanha um movimento cíclico, refletindo, dessa maneira, as crises atravessadas pela economia brasileira, bem como a incapacidade do setor formal da economia em gerar novos empregos, face ao crescimento da População Economicamente Ativa (PEA).

(18)Dados do SINE-Ce.

A tabela II mostra alguns indicadores do mercado de trabalho no Município de Fortaleza, obtidos através de pesquisa direta realizada pelo SINE/CE, para o interstício dez/88 a (19) dez/89.

TABELA II: EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO FORTALEZA

INDICADOR	MESES/ANOS		
	DEZ/88	SET/89	DEZ/89
POP. ECON. ATIVA	672.382	661.873	705.185
OCUPAÇÃO (a)	610.269	597.342	646.190
OCUPAÇÃO INFORMAL	301.595	289.740	316.633
DESEMPREGO ABERTO	58.968	61.157	56.767

FONTE: SINE-Ce. Resenha do Mercado de Trabalho, jan-dez 1989.

(a) OCUPAÇÃO = OCUPAÇÃO FORMAL + OCUPAÇÃO INFORMAL

Constatamos que no mês de dez/89 ocorreu um crescimento no total de ocupação, quando comparado com o mês de set/89. Como já pudemos verificar na tabela I, que a geração de empregos formais neste período foi considerada inexpressiva, podemos deduzir que o setor informal foi responsável por esse crescimento no total de ocupação, ao passo que este, no período analisado, elevou de 289.740 para 316.633 ocupações.

(19) Devemos ressaltar que utilizamos os dados do SINE-Ce para efeito de análise da tendência evolutiva do mercado de trabalho em Fortaleza, utilizando o conceito e dimensionamento do setor informal concebido no momento por este órgão. No Apêndice, fazemos uma pequena crítica à metodologia utilizada pelo SINE-Ce.

A tabela III mostra o desempenho do setor informal na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no período de 1985 a 1989.

Podemos constatar que o setor informal, no período analisado, apresentou uma evolução, em termos relativos, no total de ocupação, superior ao setor formal de produção. Isso não significa que ocorreu um progresso das atividades autônomas. Na verdade, isso é o resultado do período de crise da economia, que faz com que o setor formal recue, abrindo espaços econômicos para o setor informal.

TABELA III: ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL E INFORMAL NA
RMF
(1985-1989)

PERÍODO	INDICADORES	
	OCUPAÇÃO FORMAL	OCUPAÇÃO INFORMAL
1985 8	91,87	106,91
1986 9	104,44	111,39
1987 0	112,99	112,10
1988 1	105,50	123,21
1989 2	104,87	126,27

FONTE: Informativo SINE-Ce, Fortaleza, janeiro/1987.

NOTA: Ano Base (1984 = 100)

De acordo com a tabela, podemos observar que o setor informal teve um desempenho superior, com exceção do ano de 1987,

ano este em que o setor formal conseguiu seu melhor desempenho. Ainda podemos constatar, que depois dos efeitos do Plano Cruzado, o setor informal começou a se distanciar do setor formal, em termos de evolução, coincidindo com o agravamento da crise, face ao desgaste do Governo e a sua perda de legitimidade decorrente de medidas econômicas sem sucesso.

Podemos observar nessa análise que o setor informal funciona como um termômetro do nível de atividade econômica. Quando a economia vai mal, o setor formal recua, abrindo espaços para o setor informal.

Como a economia brasileira não evoluiu satisfatoriamente na década de 80, o setor informal alcançou uma dimensão expressiva do ponto de vista da geração de empregos em Fortaleza.

II.3- PLANO COLLOR E O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

O Governo Sarney deixou de herança para o Governo Collor, uma inflação que apresentava índices explosivos, chegando à fronteira da hiperinflação, uma economia desaquecida, um total descontrole das contas governamentais, uma tendência explosiva da dívida pública federal, entre outras, que completavam o cenário de uma profunda crise.

O Plano Collor, através de suas medidas, teve como um de seus principais objetivos a redução das taxas inflacionárias,

que pretendia derrubar da casa dos 84,32%, herdado do Governo Sarney, para menos de 10% em cem dias e depois manter a taxa controlada em torno de 3% ao mês. Entre outros objetivos do Plano, estavam o controle da política monetária e a mudança no perfil da dívida pública, que pretendia alcançar através do confisco da liquidez.

A estratégia de derrubar a inflação a partir da restrição monetária, a princípio deu certo. Até o mês de junho, a taxa de inflação não chegou aos 10%. Porém, a expectativa do Governo de ver a taxa de inflação em torno dos 3% a partir do segundo semestre de 90 não se confirmou.

O confisco de liquidez, caracterizando uma política monetária restritiva, levou a uma queda do nível de atividade econômica, que por sua vez, levou a um impacto negativo sobre o nível de emprego.

Ao observarmos a tabela IV, que apresenta a variação do nível de emprego a nível de País e a nível de Macrorregião, pode-se ter uma idéia do impacto causado pelas medidas do Plano Collor sobre o mercado de trabalho.

Em 1989, o País acumulou um saldo positivo de 819.630 empregos formais. Em 1990, somente no primeiro semestre, o País acumulou um saldo negativo de 470.676 empregos, representando esse resultado, o aumento das taxas de desemprego no primeiro semestre do ano, principalmente a partir de março de 1990. No segundo semestre, observou-se uma tendência de desaceleração da taxa de desemprego, que se mantém relativamente estável durante

esse período, tendência essa que pode ser explicada pelo aspecto sazonal de incremento da atividade econômica, principalmente nos últimos meses do ano.

TABELA IV: VARIAÇÃO DO NÍVEL DE EMPREGO

MACRORREGIÃO	ANOS		
	1989	1990 (a)	
		JAN-JUN	JAN-SET
BRASIL	819.630	-470.676	-254.176
NORDESTE	66.805	-49.709	6.646
NORTE	34.377	-16.997	-8.514
CENTRO-DESTE	42.960	4.401	10.928
SUL	120.647	-83.644	-72.734
SUDESTE	554.841	-324.727	-190.502

FONTE: SINE-Ce. Resenha do Mercado de Trabalho, jan-dez 1990.

(a) Os dados relativos a 1990 estão sendo apresentados subdivididos em dois períodos agregados (jan-jun e jan-set), de forma a possibilitar uma compreensão dinâmica da variação do nível de emprego ao longo do ano.

A nível de região Nordeste, verificou-se em 1989 um saldo positivo de 66.805 empregos. Em 1990, no período de janeiro a junho, esse quadro quase se inverte, na forma de um saldo negativo, saldo esse da ordem de 49.706. No segundo semestre, verificou-se uma recuperação do saldo de empregos, sendo as regiões Nordeste e Centro-Oeste, as que apresentaram melhores

performances.

Quanto ao Município de Fortaleza, verificou-se uma tendência de saldos negativos de emprego, chegando a novembro de 1990 a um saldo negativo acumulado de 2.171 empregos, refletindo os efeitos da conjuntura recessiva sobre o mercado de trabalho do Município.

Com as medidas adotadas pelo Governo, como por exemplo, os limites para emissão de cheques, depósitos e aplicações financeiras e a exigência de notas fiscais nominais, o Plano Collor nos fez pensar, num primeiro instante, que o setor informal estaria com seus dias contados, ajudando a aumentar, dessa forma, o contingente de desempregados.

Ao contrário do que se imaginava, a queda do nível de emprego formal se fez acompanhar de um incremento da população ocupada no setor informal. Com a recessão que atravessava o país e que vem se acentuando cada vez mais, as pessoas procuraram o setor informal como estratégia de sobrevivência.

Podemos acompanhar a evolução do setor informal no Município de Fortaleza ao longo do ano de 1990, observando a tabela V.

Em dezembro de 1989, 49% da população ocupada pertencia ao setor informal. Em março de 1990, ocorre uma queda na participação de pessoas ocupadas no setor informal de 8,53% em relação a dezembro de 1989. A partir de março ocorre uma tendência de crescimento da taxa de ocupação do setor informal,

acumulando um incremento de 16,49%, no período de março a dezembro/90. Esse resultado só nos faz confirmar a idéia de que, a cada ciclo recessivo, o setor formal se contrai, abrindo espaço para o crescimento do setor informal.

Quanto à taxa de desemprego, um indicador que denuncia, conjunturalmente, o comportamento global da economia e do mercado de trabalho, verifica-se uma tendência ascendente destas taxas, principalmente na fase inicial do Governo Collor, quando a taxa de desemprego aberto atinge o nível de 11,96% em março de 1990. No decorrer do ano, essa taxa se mantém estável, chegando a dezembro de 1990 com uma pequena queda, para 10,14%, sendo provável que isso tenha ocorrido devido ao aspecto sazonal do incremento das atividades produtivas, que se dá nos últimos meses do ano.

TABELA V: INDICADORES DE OCUPAÇÃO E DESEMPREGO
FORTALEZA

Em %

INDICADORES	dez/89	mar/90	jun/90	out/90	dez/90
POPULAÇÃO TOTAL	--	--	--	--	--
PEA	47,37	47,23	47,86	48,97	47,77
POPULAÇÃO OCUPADA	43,41	41,21	41,40	42,96	42,50
SETOR INFORMAL	49,00	44,82	46,30	50,18	52,21
DESEMPREGO ABERTO	8,05	11,96	11,79	11,26	10,14
DESEMPREGO TOTAL	8,60	13,16	13,96	12,64	11,29

FONTE: SINE-Ce. Resenha do Mercado de Trabalho, jan-dez 1990.

Como podemos observar através dos indicadores, o Governo Collor causou efeitos perversos sobre o mercado de trabalho, aumentando o desemprego e gerando instabilidade para o trabalhador. E o que é pior: além de desempregá-lo, as medidas econômicas do Governo estão impedindo-o de (re)ingressar no mercado de trabalho, como aconteceu em outras épocas de crise.

CONCLUSÃO

Havia indícios de que o modo de produção capitalista eliminaria os capitais menores, inclusive os informais, ou os forçaria a juntar-se aos capitais maiores. Porém, o que aconteceu na realidade, com o avanço do processo de acumulação e com a centralização do capital, foi o surgimento de "brechas" que puderam ser ocupadas por outras formas de organização que não a forma capitalista de produção. Isto significa que, com a implementação do modo de produção especificamente capitalista, e à medida que este atinge maiores níveis de centralização, ao mesmo tempo abrem-se espaços para capitais menores, em ramos de produção até então pouco explorados. Marx já tinha observado isso quando escreveu: "A subsunção formal do trabalho ao capital é sempre precursora da subsunção real do trabalho ao capital, embora a mais desenvolvida, a segunda, possa constituir, por sua vez, a base para introdução da primeira em novos ramos da produção".⁽²⁰⁾

Como a economia informal está inserida no contexto capitalista, isto significa que seu espaço econômico se subordina e depende do movimento geral do capital. Dessa forma, a introdução de mudanças profundas na economia informal dificilmente decorre de seu próprio funcionamento, pois esta não está isolada do núcleo capitalista da economia.

Sendo assim, torna-se bastante complexa a elaboração de

(20) MARX, Karl. Op.cit., p.56.

sugestões que visem à melhoria das condições de vida dos informais, pois podemos estar comprometendo o funcionamento do setor. Sugerir, por exemplo, uma "redução dos custos da formalização da micro e pequena empresa, bem como dos encargos burocráticos, fiscais e parafiscais" (21) (redução da carga tributária) para a regularização fiscal da economia informal poderia significar, no futuro, sua inviabilização.

O objetivo deste trabalho não é encontrar fórmulas que estimulem a passagem dos informais para a formalidade (formalização do setor informal), mas emitir sugestões que assegurem o livre funcionamento das atividades informais, sem maiores pressões de ordem fiscal ou mesmo impeditivas para os trabalhadores nelas ocupados.

Uma primeira sugestão seria o reconhecimento da capacidade de geração de empregos do setor informal e, partindo-se deste reconhecimento, dar liberdade para que os ocupados neste setor existam e se desenvolvam, legalizando todas as suas operações, sem exigir impostos de espécie alguma ou mesmo criando um sistema de pagamento de impostos diferenciados ao Governo, como foi feito na Itália, enquanto estiverem neste estágio. Cavalcanti e Duarte, em um de seus trabalhos, prega o "alívio da pressão fiscalizadora e a eliminação de medidas de repressão e de modernização à força" (22) como tentativas de reconhecimento da

(21) NEVES, João Alves das. Os desafios da economia informal. Tendência, Sucesso e Negócios. Rio de Janeiro, vol.15, no.178, fev-1990, p.43.

(22) CAVALCANTI, Clóvis & DUARTE, Renato. À procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza. SUDENE/FUNDAJ, Série população e emprego, 10, vol.1, 1980.

importância do setor informal no mercado de trabalho do Município de Fortaleza.

Outra sugestão seria a promoção de cursos profissionalizantes ministrados aos interessados em participar ou que já participam do mercado de trabalho informal. Estes cursos teriam como finalidade aumentar a produtividade das atividades informais e, como consequência, aumentar o nível de renda dos engajados neste mercado de trabalho.

Um terceiro ponto seria a adoção de uma política no sentido de oferecer novas opções ao homem do campo, solucionando, assim, problemas como o intenso êxodo rural e a alta concentração urbano-industrial. O Governo, até hoje, não tem agido tanto quanto tem falado. Há necessidade da implementação de políticas eficazes que garantam melhores condições de vida ao homem do campo e um nível de renda mais estável ao agricultor, tais como: melhor distribuição da terra e dos recursos rurais; aumento dos investimentos em recursos humanos; melhor organização da população rural para atividades cooperativas e coletivas, valendo-se das estratégias associativistas; organização de um melhor e mais eficiente sistema de suporte, ou seja, uma integração maior entre pesquisa e extensão, tirando as pesquisas de dentro das Universidades e colocando-as ao alcance dos agricultores, e oferecendo um sistema de comercialização adequado, dentre tantas outras políticas capazes de fixar o homem no campo. Uma política consistente para o setor rural é fundamental, pois não há um país que tenha alcançado algum grau

de desenvolvimento econômico urbano e rural sem ter passado por uma reforma no campo.

Por último, devemos destacar a importância do Estado para as ações sugeridas, pois a ele cabe o papel de por em prática todas elas, inclusive partindo dele a iniciativa de tornar economicamente mais favorável ao setor informal sua relação com o núcleo capitalista.

APÊNDICE

No capítulo II, utilizamos para efeito de análise da evolução do setor informal de Fortaleza na década de 80 e no ano de 1990, dados do SINE-Ce. Porém, fazemos aqui uma crítica aos procedimentos metodológicos utilizados pelo SINE-Ce para dimensionar o setor informal.

O SINE-Ce, além de realizar estudos de casos em alguns municípios do interior do Estado, como também na Região Metropolitana de Fortaleza, com o objetivo de caracterizar as atividades informais urbanas de maior expressividade, utiliza as seguintes categorias ocupacionais para dimensionar o setor informal: "empregado que não esteja institucionalmente legalizado (sem carteira de trabalho assinada); biscateiro (pessoa que trabalha por conta própria, mas não possui uma ocupação definida); trabalhador autônomo urbano (aquele que trabalha por conta própria possuindo uma ocupação definida não proveniente do setor primário), exceto o profissional liberal; membro da família sem remuneração (componentes de uma unidade produtiva, à base do trabalho familiar, que não percebe qualquer espécie de pagamento monetário por seu trabalho)".⁽²³⁾

Uma primeira crítica ao SINE-Ce, é que este considera como categoria pertencente ao setor informal todos os empregados

(23) SINE-Ce. Dimensão e natureza do setor informal urbano na Região Metropolitana de Fortaleza e nos municípios de médio porte do Ceará. Fortaleza, 1983, p.21.

sem carteira de trabalho assinada. Agindo dessa maneira, este órgão estará incorrendo no erro de incluir aqueles trabalhadores sem carteira de trabalho assinada situados no núcleo capitalista da economia, bem como de excluir aqueles com carteira assinada claramente vinculados a atividades informais.

Uma segunda crítica seria a inclusão, no dimensionamento do setor informal, apenas dos membros da família sem remuneração. Na realidade, podemos encontrar nas unidades produtivas informais além dos empregados (relação de assalariamento precário), os proprietários e seus familiares, que podem ou não ser remunerados, não significando a remuneração a condição relevante para que estejam ou não inseridos no setor informal. No dimensionamento deste setor, o que devemos tomar como base é a relação de produção e nesta Monografia consideramos como característica básica do setor informal o reduzido volume de capital, impondo a participação direta do proprietário no processo produtivo.

A última crítica seria a inclusão, no setor informal de produção, apenas de trabalhadores autônomos urbanos. Novamente repito: o que interessa no dimensionamento do setor informal é a relação de produção, independente da natureza da atividade.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL Filho, Jair do. Etat, dettes et politiques d'ajustements: le cas du Brésil. Paris, Tese de doutoramento, Universidade de Paris, 1989.
- BLECHER, Nelson. Plano vai desmontar economia informal. FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 19/03/90.
- CARDOSO, Eliana. A Economia Subterrânea. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, vol.19 (2), p.419-423, ago/1989.
- CARLEIAL, Liana Maria & OLIVEIRA, Aécio Alves de. Impactos da seca sobre as condições ocupacionais nas áreas urbanas e rurais do Ceará na década de 1980. In Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil, organizado por Antonio Rocha Magalhães, Programa das Nações Unidas para o meio ambiente - PNUMA e Secretaria de Planejamento e Coordenação do Ceará - SEPLAN/Ce. Fortaleza, maio de 1989.
- CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Mercado informal de trabalho: uma investigação. Fortaleza, CAEN, Texto para discussão no.29, 1979.
- . Repensando a questão do mercado informal de trabalho. Fortaleza, texto para discussão no.35, 1982.
- CAVALCANTI, Clóvis & DUARTE, Renato. À procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza. SUDENE/FUNDAJ,

Série População e Emprego, 10, vol.1, 1980.

DANTAS, Valdi de Araújo & CHIARELLI, Arabela Rota. A economia informal é parte da solução. **Resenha do mercado de trabalho.** Fortaleza, jan/jun/1989, p.86-91.

GODDY, Antonio Carlos de. A força da economia informal. **Pequenas Empresas Grandes Negócios**, vol.1, no.12, jan/1990, p.52-54.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I, Cap.VI (inédito), Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978.

NEVES, João Alves das. Os desafios da economia informal. **Tendência, Sucesso & Negócios.** Rio de Janeiro, vol.15, no.178, fev/1990, p.43-44.

"O Brasil Subterrâneo". **Veja**, 12/07/89, p.98-105.

OLIVEIRA, Aécio Alves de & CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. **Considerações sobre acumulação, emprego e crise na RMF.** Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, vol.16, no.1, jan/mar 1985.

OLIVEIRA, Aécio Alves de Oliveira. **Industrialização do Nordeste: uma evidência empírica de seus efeitos.** Fortaleza, CAEN, Série Relatórios de Pesquisa, no.25, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro, 1977, Edições Graal.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Economia informal e crise econômica. **Resenha do mercado de trabalho.** Fortaleza, jan/jun/1989, p.91-

"Sem Crédito, economia informal não tem muitas opções de sobrevivência". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09/04/90.

SILVA, Raimundo Avelino e. Não é só o grande que faz o futuro. **Rumos**, vol.14, no.82, mar/abr/1990, p.20-23.

SINE-CE. Análise e perspectivas do setor informal da região metropolitana de Fortaleza. Fortaleza, mai/1984.

SINE-CE. Crescimento do desemprego pós-Plano Collor. Os efeitos diretos sobre o trabalhador. Fortaleza, 1990.

SINE-CE. Dimensão e natureza do setor informal urbano na Região Metropolitana de Fortaleza e nos municípios de médio porte do Ceará. Fortaleza, 1983.

SINE-CE. Indicadores globais do setor informal no Ceará e estudo de algumas atividades específicas. Fortaleza, mar/1983.

SINE-CE. Ocupação e desemprego no Município de Fortaleza. Fortaleza, dez/1990.

SINE-CE. Resenha do mercado de trabalho. Fortaleza, jan/dez/1989.

SINE-CE. Resenha do mercado de trabalho. Fortaleza, jan/jun/1990.

SINE-CE. Resenha do mercado de trabalho. Fortaleza, jan/dez/1990.

SINE-CE. Setor informal de trabalho, participação e projetos de geração de ocupação e renda: uma contribuição crítica. Fortaleza, dez/1987.

SOUSA, Lysia Bucar Lopes de. Pequena produção urbana e sua articulação com o movimento de capital: o caso do setor de confecções em Fortaleza. Fortaleza, SENAI/DR-CE. Coordenadoria de Divulgação, 1990.

SOUZA, Paulo Renato de. A determinação dos salários nas economias atrasadas. Campinas, UNICAMP, 1980, Tese de doutoramento.

SOTO, Hernando de. Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1987.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Evolução do mercado informal de trabalho no Estado do Ceará. Fortaleza, CAEN, Texto para discussão no.37, 1982.

_____. Setor informal: uma revisita. Informativo SINE. Ceará, nov/1989, p.32-40.